

CIDADE SOB O SIGNO DO MEDO¹:

notas sobre as populações periféricas estigmatizadas de São Luís, da década de 1980 aos dias atuais.²

CITY UNDER THE SIGN OF FEAR:

Notes about the peripheral stigmatized population from São Luis, from the 1980s to the present day.



JESUS MARMANILLO PEREIRA
Doutorando em Sociologia PPGS-UFPB
João Pessoa, PB - Brasil
jesusmarmanillo@hotmail.com

Resumo - O presente artigo aborda aspectos do processo de *estigmatização* sobre as populações da periferia urbana de São Luís-MA, por meio da análise de condicionantes históricos e estruturais relacionados à formação dos bairros periféricos onde habitavam tais populações. Para tanto, identificamos na imprensa escrita elementos simbólicos e discursivos associados às populações dos bairros periféricos, durante a década de 1980 e no ano de 2004.

Palavras-chave: Cidade. História. Estigma. Imprensa Escrita.

Abstract - This article discusses aspects of the process of stigmatization on the populations of the urban periphery of São Luís- MA, through the analysis of historical and structural constraints related to the formation of the outlying districts, where such people lived. To this end, we identified in the press and discursive symbolic elements associated with the populations of the suburbs during the 1980s and in 2004.

Keywords: City. History. Stigma. Press

¹ Artigo submetido à avaliação em 02/03/2012 e aprovado para publicação em 12/05/2012

² Gostaria de agradecer pelas contribuições de Pedro Jorge Mourão, Fernanda Rosete, Emilia Tereza e Evandro.

Introdução

Ao discorrer sobre a categoria *estigma*, Erving Goffman (1988) ressalta que até então os pesquisadores não fizeram muito esforço para descrever as precondições estruturais do estigma, ou mesmo para fornecer uma definição do próprio conceito. Com base em um forte *Interacionismo simbólico*, o autor fornece um esquema teórico cujos conceitos (drama, equipe, representações, etc.) culminam na construção analítica da noção de *identidade*.

Nesse sentido, o presente texto visa analisar a formação de uma *Identidade deteriorada* (IDEM, 1988), associada aos processos de exclusão e *estigmatização* existentes em relação à ideia de normalidade, ou seja, constitui-se enquanto produto de disputas de percepção do social capaz de classificar ou reclassificar determinados grupos. Na operacionalização dessa categoria, tomamos como recorte empírico as populações dos principais bairros periféricos de São Luís-MA, através da comparação entre a década de 1980, que corresponde ao processo de formação dos bairros, e o ano de 2004, quando os mesmos foram observados nas páginas policiais de um jornal chamado Jornal Pequeno.

Seguindo essa perspectiva, tentamos empreender um trabalho reflexivo de combinação de elementos do Interacionismo Simbólico e da História Social, a fim de buscar os condicionantes históricos e sociais omitidos ou enfatizados nos processos de construção identitária das populações periféricas ludovicenses.

Para tanto, utilizamo-nos empiricamente de 149 exemplares do “Jornal Pequeno”, que compreendiam o período de julho de 2005 a junho de 2006 - dos quais analisamos as reportagens policiais, material bibliográfico referente ao tema, dados oficiais do IBGE, IPES e os Relatórios da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos – SMDH. Com essa abordagem, pretende-se identificar e interpretar os processos de disputa simbólica e existência de possíveis mecanismos de reprodução das percepções depreciativas a respeito das populações periféricas de bairros como Anjo da Guarda, Liberdade e Coroadinho.

Dessa forma, é importante destacar que a categoria de *símbolo*, que constitui a espinha dorsal dessa pesquisa, tem entendimento similar ao *signo* (GOFFMAN, 1988), ou seja, é capaz de transmitir informações sociais a respeito das populações analisadas. Dentre tais informações, privilegiamos as de caráter mais estrutural, como posição social, ocupação, localização espaço-temporal na cidade, origens, etc.

De modo geral, o texto está organizado basicamente em quatro partes, onde serão analisadas: aspectos da história geral dos bairros em relação aos símbolos; as composições sociais dos mesmos (ou seja, quem eram as pessoas que chegavam na capital e o que faziam); as disputas simbólica e física em torno das ações de violência ocorrida nessas áreas e, por fim, a forma como tais espaços são reproduzidos simbolicamente na imprensa escrita, vinte anos depois, e a importância da História para compreensão do processo de construção da identidade deteriorada.

Urbanização e espaços de exclusão

O presente busca elencar as *informações sociais* a respeito das populações periféricas de São Luís. Por *informação social* entende-se as informações que podem ser obtidas por meio de *símbolos* e que são capazes de apontar propriedades sociais, (GOFFMAN, 1988). Nessa perspectiva, priorizamos as características demográficas - como números populacionais, deslocamentos interestaduais e origem, tipos de edificação de “casa” e profissões das pessoas que compunham as populações periféricas.

O aumento da população urbana em São Luís caracteriza um pilar fundamental para o entendimento das mudanças no cenário social ocorridas nesta cidade durante a década de 1980, uma vez que instigou a necessidade de habitação, de serviços urbanos, de meios de subsistência e de novas formas de relações sociais.

Quadro 1- Aumento populacional

Data dos Recenseamentos	População Residencial		
	Total	Urbana	Rural
São Luís			
1970	265.486	205.413	60.073
1980	449.432	247.288	202.144
1991	696.371	246.213	450.158 ²
2000	870.028	837.584	32.444

Fonte: IBGE/Censo 2000

De acordo com a tabela, houve um aumento da população urbana entre as décadas de 1970 e 1980, o que significou um incremento populacional de 41.875 novos habitantes, o que equivale a um aumento de 20,3%. Entre as décadas de 1980 e 1990, o aumento foi de 75,2%.

De 1990 a 2000, o crescimento ficou na ordem de 54%. Tudo isto significa que houve uma forte demanda por espaços de moradia na cidade.³

Naquele contexto, de cada 100 famílias de São Luís, 45 moravam em favelas e invasões na periferia dos bairros populares do centro, em moradias precárias, sem esgoto e, muitas vezes, sem água potável (GISTERLINK, 1983). Quanto ao tipo de edificações (construções precárias ou de materiais duráveis)⁴, os números indicam que cerca de 40% podiam ser considerados *rústicos*, ou seja, eram frágeis, de materiais perecíveis e expostos às mais leves intempéries - em suma, habitações arriscadas. Também eram conhecidas como favelas ou palafitas.

Fossem nas áreas próximas aos rios Anil e Bacanga (como os casos do Sá Viana, Floresta, Ilhinha no São Francisco, Liberdade, Vila Padre Xavier e Coroadinho) ou em áreas um pouco mais distantes (como os bairros do São Bernardo, João de Deus, Vera Cruz e Anjo da Guarda), tais ocupações apresentaram características comuns como: a precariedade das habitações e infraestrutura básica de serviços urbanos, o perfil socioeconômico das populações ali residentes e também a situação de conflito entre essas mesmas contra oponentes melhores aparelhados (policiais, imobiliárias, etc.). Nesse sentido, o referido contexto possibilita-nos pensar tais bairros - associados a essas respectivas áreas - como produtos de um processo de confronto.

Era notória a precariedade das construções, quase sempre erguidas em estruturas de madeira e cobertas de palha e barro, e a ausência de infraestrutura básica de saneamento, água encanada e rede de coleta de lixo. Na imagem a seguir, é ressaltada a presença dos ocupantes, três mulheres caminhando com baldes e bacias sobre a cabeça, uma criança e três homens caminhando sobre o terreno desregular, cheio de habitações precárias e alagado - o que indica ausência de condições básicas de habitação e saneamento básico.

Ilustração 1 – Liberdade

³ A esse respeito, em 1982, a Comissão Justiça e Paz elaborou um histórico das principais áreas de ocupação em São Luís e identificou 15.000 pessoas no Coroadinho; 400 famílias no Vera Cruz e mais de 42 famílias na Vila Padre Xavier. Na imprensa local (O Estado do Maranhão 06/12/77), foi informado que o Bairro São Francisco, às vésperas de um despejo em 1977, contava com 84 casas que abrigavam mais de 200 famílias.

⁴ Segundo o IBGE (2000), consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídos de materiais duráveis (laje de concreto, telha de barro, zinco e madeira são considerados materiais duráveis para cobertura e, no caso da parede, são consideradas alvenaria e madeira aparelhada).



Fonte: Imparcial 03/08/1979

Ao traçar um panorama geral dos ocupantes das áreas chamadas de “ocupação espontânea”, percebeu-se que muitos eram provenientes de cidades do interior do Estado. Por exemplo, no Coroadinho, notou-se que muitos viviam, anteriormente, em cidades como Barra do Corda, Santa Inês, São Vicente Ferrer, Icatu, Alcântara e outras. Já na área da Liberdade, a ocupação estaria historicamente associada com as atividades navais relacionadas à cidade de Alcântara (MOTA, 1990; CARDOSO, 2008), o que indica uma atividade diferenciada da agricultura do centro sul do Estado.

Uma vez na capital, tais populações adaptavam-se às ocupações profissionais locais. Nesse sentido, percebemos que muitos desses agentes desenvolviam atividades como vigias, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, donos de pequenas mercearias, eletricitistas e carroceiros - diferentemente das atividades agrícolas exercidas em seus locais de origem. Tal informação vai ao encontro de um contexto geral sobre os tipos de atividades realizadas na cidade, já que, em 1987, mais da metade da população compunha-se de trabalhadores de serviços domésticos (40,1%) e desempregados e biscateiros (21,9%). (GISTERLINK, 1987). É necessário ressaltar que, entre outras coisas, tais profissões associadas à pouca escolaridade tendem a ser hierarquizadas de forma pejorativa e associadas a estratos sociais com poucos recursos e *capitais econômicos* e culturais (BOURDIEU, 2002).

Além de nos possibilitar uma ideia da composição social, essas atividades profissionais indicam quase sempre o trânsito desses agentes para outras áreas da cidade, e isso enseja a reflexão sobre uma espécie de organização espacial ou divisão sócio-espacial do trabalho. Eram pessoas como a “Dona Inês”, que levava carvão e arroz do bairro do Coroadinho até a área comercial do bairro do João Paulo; “o Seu Basílio e Dona Serrão”, que

desenvolviam as atividades de carpintaria, construção civil e alfabetização primária em outros bairros da cidade; o eletricitista Noé Diniz Costa, da Areinha, que se deslocava todas as manhãs para a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR); o biscateiro Ismael Diniz Costa, que nunca chegou a ganhar 1 salário mínimo; o carroceiro Cândido Ewerton, que “ganhava a vida” transportando produtos por vários locais da cidade; Francisco Martins Cabral e Daires de Abreu da Ilhinha, que trabalhavam, respectivamente, como guarda de segurança da empresa de Telecomunicações do Maranhão (TELMA) e empregada doméstica⁵.

Assim como os bairros da Liberdade e Coroadinho, grande parte da população residente na região Itaqui-Bacanga (e área localizada na outra margem do rio Bacanga) compunha-se de imigrantes e, inicialmente, muitos desenvolviam relações de produção com a terra, de acordo com práticas que desempenhavam em seus locais de origem, ou seja, pescaria, cultivo de arroz, carpintaria etc. Para se ter uma noção geral sobre essa população, ao analisar uma amostra de 24 famílias (131 pessoas)⁶, verificou-se diversas origens geográficas (Belém-PA, Piauí-PI, São Bento-MA, São Domingo, São João Batista, Icatu, Alcântara, Primeira Cruz e Viana). Dessas, mais de 50% eram de São João Batista, das áreas rurais da Ilha de São Luís ou de outras regiões da capital.

Havia também deslocamentos dentro da própria capital, como foi o caso das famílias oriundas das “expropriações” ocorridas nas áreas alagadas próximas ao centro de São Luís (Madre de Deus, Areinha, Bairro de Fátima...) por conta da construção da estrada que compõe o Anel Viário⁷.

Essa pequena amostra demonstrou um perfil composto de várias atividades profissionais como: vendedor ambulante, biscateiro, vigilante, doméstica, borracheiro mecânico, peão, soldador, costureira, fiscal de peões de construtora, carpinteiro, quitandeira, etc. Vale mencionar que entre todas as atividades desempenhadas por essas populações, a construção civil⁸ merece certo destaque (14%).

⁵ Pessoas verificadas em reportagens intituladas: “Violência na Remoção de Famílias da Areinha do jornal” (O Estado do Maranhão 13/12/78); “Despejo foi dramático no São Francisco” (Estado do Maranhão 12/12/78) e também na: “Moradores da Ilhinha Culpam DNOS por derrubada de Casas” (Jornal de Hoje 11 /07/1982).

⁶ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas de Equipes de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981.

⁷ Corresponde a uma avenida de 7 km e 700m que circula a região central de São Luís, cortando os bairros da Areinha, Camboa, Praia Grande e Desterro.

⁸ Perceberemos mais à frente que algumas lideranças dispunham dessa habilidade para questionar e buscar intervir sobre os projetos habitacionais resultantes dos governos da época. Esse é o caso da Vila Padre Xavier, em que um líder local indagou na imprensa o secretário do trabalho e ação social, deputado Bento Neves, sobre a possibilidade dos próprios moradores construírem as casas com financiamento do governo, barateando assim os custos. Matéria: “Moradores da Vila Padre Xavier respondem ao secretário” (Jornal Pequeno 02/09/1981).

Tais informações convergem com a interpretação de que a migração geralmente está associada à busca de melhores oportunidades⁹ de serviços na capital, e que os imigrantes inseriam-se em atividades caracterizadas, grosso modo, por grande utilização de trabalho físico e baixa especialização de educação formal.

Sobre as atividades desempenhadas pelas populações imigrantes, Mota (1990) verificou, no caso do Coroadinho, a presença de três grupos, que seriam: *os de renda quase inexistente*, onde se encaixariam os biscateiros, lavadeiras e trabalhadores braçais em geral, *os possuidores dos próprios meios de produção e de um capital a mais* (nesse caso inserem-se os pedreiros, carpinteiros, pescadores e donos de mercearias) e, por último, *os que recebem renda fixa*, caracterizados nos funcionários assalariados, vigias e soldados.

A partir da observação dos *atributos estruturais*, das amostras, pode-se refletir sobre a possibilidade de entender tal população por meio da categoria identidade social (GOFFMAN, 1988) caracterizada na semelhança de tais atributos, ou seja, eram pessoas que organizavam a própria vida a partir de experiências comuns, no nível de trabalho, escolaridade, tipo de habitação, origens espaciais e, como veremos a seguir, em relação a ameaças de despejo¹⁰ feitas por pessoas que, anos depois da ocupação, apareciam declarando-se como proprietárias da terra.

Guerra por espaços: ações justificadas e disputas de percepção do social

Em situação antagônica à precariedade de recursos (de diversas naturezas) presente nos bairros citados anteriormente, percebemos um tipo expansão associado à grande produção econômica e maior concentração de serviços básicos. Segundo Moreira (Apud Ribeiro, 2001), a construção civil alcançou mais de 50% do PIB do Estado naquela década de 1970, instigando assim uma percepção de terreno urbano enquanto fonte de lucro e significando, assim, um motivo de disputa pelos mesmos.

Dessa forma, apesar do crescimento urbano ter significado, em muitos casos, a precarização da condição de vida do “imigrante”, significou também a produção e concentração de capital econômico na cidade para determinados grupos do setor imobiliário,

⁹ Um exemplo que ilustra bem essa situação é o do morador chamado Josemar, que vivia da Rua Bom Sucesso, do Bairro Anjo da Guarda. Josemar veio de Bacabal para São Luís para cursar graduação em Física e resolveu situar-se na região do Anjo da Guarda a fim de construir uma granja e estudar.

¹⁰ Esses despejos eram conhecidos, também, como *derrubadas*. Consistiam na destruição das construções rústicas feitas pelos ocupantes, geralmente com uso de tratores e/ou fogo. Nessas derrubadas, a famílias atingidas perdiam não apenas suas casas, mas também móveis e objetos de valor pessoal, documentos, etc..

já que esse visava obter lucros com a expansão das novas áreas urbanas, influenciadas, sobretudo, pela implementação de novas indústrias na capital.

Empiricamente, esse contexto era verificável em situações como a de conflito entre a Imobiliária Americana LTDA e os moradores do bairro do São Bernardo, pela posse de uma área localizada as margens da Avenida Guajajaras. Ocorria também o surgimento de “antigos donos”, como foi o caso de Antônio Sandoval Pimentel, que se apresentava enquanto antigo proprietário da área do Coroadinho¹¹.

Sobre esse último, observamos na reportagem “Ameaça armada no Coroadó” (O Imparcial/ 14/04/78) que o posicionamento das iconografias (fotos do “ocupante” e do “capataz”) foram posicionados em lados opostos, traduzindo, assim, a rivalidade em torno da propriedade do terreno. Segundo a reportagem, o ocupante Luís Carlos declara ao jornalista: “se um trator de Sandoval invadir e derrubar minha casa, que eu construí em dois anos de suor, ele ficará sem tratorista” (O Imparcial, 14 de abril de 1978).

Embora as ameaças verbais de uso da violência feitas e a valorização do trabalho expressa por Luís Carlos no trecho “que eu construí em dois anos de suor” serem, aparentemente, único recurso existente naquele contexto, tal expressão veiculada na imprensa escrita possui um poder de mobilização de opinião, principalmente por ressaltar a condição de *oprimido e trabalhador*, o que aciona valores morais e econômicos - fundamentais na constituição e reprodução da sociedade ocidental cristã - instrumentalizados na disputa. Nesse sentido, é possível inferir que, paralelamente à disputa física manifestada nas armas, havia também uma disputa de percepções que buscava legitimar as ações frente à “plateia” de leitores.

Vale ressaltar que não só “jagunços” ou seguranças agiam com violência nas atividades de “derrubada”¹² das casas da população carente, pois na reportagem intitulada “SURPLAN¹³ derruba casa no São Francisco” (Estado do Maranhão, 24/11/77, p. 9) é possível constatar a ação do órgão municipal de planejamento urbano atuando da mesma forma. Essa matéria referia-se ao episódio que resultou na destruição da casa de um encanador, por um trator daquela empresa que teria causado “revolta na população local quando presenciou as crianças e esposa do encanador – essa, por sinal, gestante e derramado muitas lágrimas, pedindo que não derrubassem...”. Em tal situação, a utilização de símbolos

¹¹ Cf. MOTA, Antonia da Silva.

¹² Expressão utilizada para as ações em que as casas eram destruídas.

¹³ Superintendência de Planejamento do Estado do Maranhão.

da instituição familiar (maternidade, união) aciona valores religiosos e morais, contrapostos a uma legitimidade pautada na institucionalidade política, legal e administrativa de um órgão de Estado.

Além desses conflitos mais individuais e pontuais entre “proprietários” e “ocupantes”, havia também grupos organizados com características paramilitares, como foi o caso da conhecida “Equipe Capeta”, constituída de seguranças da empresa Maranhão Segurança Técnica (MASTER), que prestava serviço de segurança privada a COHAB-MA. Na reportagem intitulada “Equipe Capeta sai da Clandestinidade” (Folha do Maranhão, 30/05/82), o proprietário da empresa, Sr. Ivan de Oliveira, buscou justificar a violência dos seguranças para com os ocupantes da “Malvinas” (localidade próxima ao bairro Vinhais) alegando a existência de um contrato entre esta empresa e o governo do Estado para defender o patrimônio da Companhia de Habitação do Maranhão (COHAB-MA).

Outro exemplo de conflitos sobre o espaço da cidade pode ser observado na área do São Bernardo, onde a Imobiliária Americana LTDA, com auxílio dos aparatos jurídico e policial, realizou uma ação de desapropriação dos terrenos. Nessa mesma, foi registrado o momento antes do confronto direto entre ocupantes e policiais - os policiais em menor número, porém bem equipados, concentrados em fila, no interior da paisagem, enquanto os moradores, em maior número, concentravam-se no sentido oposto (será demonstrado a seguir, na ilustração).

Ilustração 2 – Momentos antes do confronto entre “moradores” e policiais



Fonte: Jornal Pequeno 8/05/1981

Na imagem, policiais e moradores agrupados e preparados para a ação nos remete a noção de *Equipe* (GOFFMAN, 1988) que caracteriza um grupo definido pela cooperação

diante de uma “plateia”, um grupo constituído em torno de uma posição oficial que seja acessível a cada membro e que oriente as ações do mesmo. Pode-se dizer que tais experiências são organizadas em termos discursivos de acordo com os *frames* (GOFFMAN, 1974) produzidos pelos grupos. Para o autor, *frames* são tipos de enquadramentos elaborados sobre as situações de interação e fundamentais nos processos de oferecer sentido, legitimidade, identidade e organização das ações.

Na região Itaqui-Bacanga, o embate territorial ocorreu entre ocupantes e a AMZA (Amazônia Mineração S.A). Sobre essa situação, tem-se a informação¹⁴ de que a AMZA carimbava as casas às quais forneceria indenização e protelava por bastante tempo o referido pagamento. Enquanto essa situação não era resolvida, a empresa proibia os moradores, através de seguranças armados, de fazerem reparos e retirarem qualquer tipo de recursos naturais da área, tais como palha, madeira, barro, proibindo também de fazerem plantações. Dessa forma, havia uma forte pressão para que os moradores abandonassem suas áreas em troca de qualquer valor que os tirassem, mesmo que momentaneamente, daquela situação.

Nessa mesma região, especificamente na área do Sá Viana¹⁵, localizado atrás da Universidade Federal do Maranhão, também houve embates, principalmente quando se iniciou o plano de desenvolvimento físico do campus universitário implementado pelo reitor José Maria Cabral Marques. Este teria contado com o apoio policial e com procedimentos junto à Justiça Federal para derrubar cerca de 40 casas na referida área.¹⁶

Além de estarem submetidas ao contexto de precariedade de serviços urbanos básicos e de frequentes ameaças e ordens de despejo, as famílias das áreas de ocupação espontânea e/ou irregular conviviam ainda com as barbaridades do arbítrio policial, que muitas vezes realizavam despejos de moradores sem sequer possuírem ordem judicial ou ter conhecimento da cadeia dominial¹⁷ que comprovasse o histórico da terra.

A partir das situações de conflito expostas, é importante observar que um elemento constante é o uso violência física, que pode ser interpretada enquanto *símbolo* importante no enquadramento de posições antagônicas sobre a situação de conflito. Em outros termos, tal

¹⁴ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas por uma equipe de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981.

¹⁵ Na época conhecida como sítio Sá Viana.

¹⁶ Informações contidas na reportagem “Agressões no despejo e casas são destruídas” Jornal Diário do Povo (21/09/80) e no Procedimento Cautelar nº 1.716/80, remetido ao Juiz Federal do Maranhão José Tavares Vieira da Silva.

¹⁷ Segundo o INCRA, na instrução 4.4.3, a cadeia dominial consistirá em certidão do Registro de Imóveis, em ordem inversa, dos títulos de domínio até vinte anos, mencionando, quanto a cada um deles: a) natureza e data de cada um dos títulos; b) data, livro, folha e número de ordem, do registro de cada um deles.

símbolo seria o componente que intermedia a relação entre dois lados antagônicos. A forma de uso da violência pode definir melhor esses lados opostos (agressores e agredidos, “proprietários” e “ocupantes”). Para detalhar mais sobre isso e também sobre as características gerais das situações de conflito, iremos elencá-las de acordo com os agrupamentos feitos no quadro abaixo.

Quadro 2 – Usos da violência e produção de frames

Formas de uso da Violência	Atores e instituições	Terminologias utilizadas	Interesses alegados
Ameaças verbais	Moradores	Ocupantes	Permanência nos locais
Facções			
Tratores			
Revolver	Orgãos estatais e “proprietários”	Invasores Proprietários	Construção civil Defesa do patrimônio Expansão
Grupos paramilitares			

Fonte: Pereira, 2012

Voltando às formas de uso da violência, podemos perceber que os “moradores” dispunham de recursos irrisórios, ínfimos do ponto de vista econômico, em comparação aos tratores, grupos paramilitares e policiais armados com revólveres. Tal informação sinaliza uma diferenciação na obtenção de recursos para a “luta”; assim, os órgãos estatais e proprietários caracterizam-se por um grande investimento expresso em uma estrutura coercitiva mais elaborada. Nesse sentido, a maneira como o recurso da violência é utilizado indica determinados atores e instituições e suas - altas ou baixas - respectivas capacidades de obtenção de recursos.

Termos como “proprietários”, “invasores”, “ocupantes” e “jagunços” sinalizam determinadas posições ou papéis sociais, servindo como forma de ataque ou defesa, dependendo da situação. Refletem também uma disputa legitimada e a aplicação de um estigma, pois referiam-se a atributos depreciativos ou que confirmassem a normalidade dos envolvidos. (GOFFMAN, 1988).

As justificativas atribuídas às ações de “derrubada” e resistência podem ser melhor compreendidas em relação aos contextos histórico e social dos envolvidos, ou seja, houve

uma população recém-chegada na cidade, com baixo nível de especialização profissional e escolaridade cujos interesses imediatos se expressavam na permanência nos terrenos onde habitavam. De outro lado, a cidade vivia uma expansão econômica, com implementação de indústrias e conjuntos residenciais pautados em outro sentido para o espaço, um sentido mais especulativo e desenvolvimentista. Além disso, percebe-se que o conflito por terrenos também é o conflito por percepções do social, ou seja, de argumentos que justifiquem as ações frente a observadores externos (plateia) que, entre outras coisas, podem significar apoio.

Imprensa, signos do medo e reprodução: de conflitos por terra aos homicídios.

Por meio da análise de 149 reportagens¹⁸ que continham 168 casos de homicídios realizamos um mapeamento dos locais caracterizados pela violência e obtivemos variáveis como: motivações associadas à violência, tipo de armamento e idade das vítimas e agressores. Por meio desse trabalho empírico, buscamos entender como tais signos podem “alimentar” um tipo de *identidade deteriorada* e o porquê da importância de pensar tais espaços estigmatizados na relação presente-passado.

Ao longo dos 168 casos, apenas 43 (25%) vítimas tinham menos de 19 anos e 56 (33%) entre 19 e 24 anos, ou seja, mais da metade (58%) das vítimas da violência, nos bairros periféricos, estampadas nas páginas policiais, sequer chegavam aos 25 anos. Em relação aos assassinos, o perfil é similar, uma vez que dos 70 responsáveis pelas 168 mortes, 45 (64%) possuíam faixa etária entre 14 e 24 anos.

Tais dados sinalizam, no mínimo, duas características presentes nos bairros onde os crimes ocorreram: que as faixas etárias preponderantes nas vítimas e agressores são similares e também que, provavelmente, ocorreram casos em que um agressor fez mais de uma vítima, pois a média entre as duas variáveis seria de duas vítimas para cada assassino. Em outras palavras, a frequência de mortes causadas por adolescentes e jovens caracteriza um sinal de insegurança para os espaços geográficos associados aos mesmos.

Compreendendo tais ações enquanto *ações sociais*, que para Weber (1999) trata-se de uma ação cujos sujeitos atribuem sentido subjetivo e a orientam em relação à conduta de outros, buscou-se identificar as principais motivações que desencadearam tais

¹⁸ Trabalho de campo realizado entre 25/07/05 e 01/03/06, no acervo de periódicos da biblioteca Benedito Leite, sobre 365 edições do Jornal Pequeno, que totalizaram 149 reportagens com situações de violência.

assassinatos. Nessa abordagem, observamos que quase metade (49,8%) dos assassinatos ocorreram em situações de disputas entre gangues (25 casos), assaltos (22 casos), discussões (20 casos) e acerto de contas (17 casos). Tais situações foram marcadas por ações que podem ser interpretadas (respectivamente) por sentidos ligados a: rivalidade territorial¹⁹ entre grupos de jovens, aquisição de bens materiais, motivos fúteis e banais (como a negação de um cigarro ou um simples tropeço).²⁰

A relação entre violência e espaço é um item que merece destaque, já que, ordenando e observando as reportagens, é possível traçar um perfil ao longo das 149 notícias de 2004, das quais se percebeu que 65 delas enfatizam, nos títulos das manchetes, os locais onde ocorreram os crimes, apresentando certa regularidade em alguns bairros, entre os quais se destacam os bairros da Liberdade, São Francisco e Coroadinho. Nessas 65 manchetes, são mencionados 39 bairros de São Luís, entre os quais Vila Embratel, Liberdade, Coroadinho e São Francisco representam 33.8% do total.

Grosso modo, as 149 reportagens apresentam os bairros como Cidade Operária, Anjo da Guarda, Cidade Olímpica, Coroadinho, Liberdade, São Raimundo e Ilhinha como espaços caracterizados pelo elevado número de homicídios cometidos por jovens que não ultrapassam 25 anos, cujas motivações podem ser associadas a crimes passionais, linchamentos, conflitos de gangue e motivos fúteis. Apesar das reportagens possuírem uma informação reduzida sobre agressores e vítimas em detrimento do detalhamento e valorização na descrição da violência, vale considerar que:

Os efeitos dessa nova dinâmica da exclusão social vão ser expressos, de forma mais marcante, entre os jovens. O processo de formação de grupos urbanos, constituindo uma pluralidade de turmas denominadas galeras, parece expressar uma maneira dos jovens se contrapõem ao vazio de referentes que recortam o cotidiano das grandes cidades. Eles formam verdadeiros territórios, onde a circulação é permitida apenas entre os enturmados (...)

São, fundamentalmente, os grupos de jovens, os novos protagonistas da violência urbana neste final de século. Os jovens aparecem como atores por excelência dessas novas dinâmicas urbanas, adotando o movimento, a velocidade e a superexposição como referentes centrais nas encenações protagonizadas nos espetáculos urbanos. (DIOGENES 1998: 51 -56)

¹⁹As reportagens sobre conflitos entre gangues sempre faziam referências aos locais de origem das gangues, como é possível verificar nos exemplos abaixo: “Jovem é assassinado na Camba e gangue mata rival na Vila Flamengo” (01/04/04); “Jovem é trucidado por rivais na Vila Palmeira” (26/04/04); “Membro de gangue mata rival a tiros no Anjo da Guarda” (25/05/04); “Briga de gangues termina em morte na Mauro Fecury” (22/10/04).

²⁰ Como exemplo, pode-se mencionar a reportagem intitulada: “Duelo de Facas entre Colegas causa assassinato no Tibiri” (Jornal Pequeno de 20/07). Nessa notícia, um corte acidental no dedo significou a morte de Luís Carvalho. Já na reportagem “Carroceiro é assassinado com um tiro na cabeça” (13/12/2004), o assassinato ocorreu por conta de um simples esbarro entre os envolvidos.

A não consideração das causas estruturais da violência urbana nesses bairros possui grande poder estigmatizante, principalmente para aqueles que facilmente associam pobreza a violência. Sobre essa associação direta, Benevides (1983) reconhece o caráter polêmico e ambíguo da associação criminalidade-pobreza. Ela ressalta um problema crucial para os grupos marginalizados que se configura na medida em que, sendo pobres, tornam-se automaticamente suspeitos, gerando uma falsa “legitimidade” para os procedimentos violentos e arbitrários da polícia. Para essa autora:

A estigmatização do pobre como marginal – no sentido pejorativo da palavra, comum à polícia e à imprensa – é incorporada por vastos setores da população, que chegam a apoiar ostensivamente a ação brutal das “batidas nas favelas, nos bairros miseráveis, bem como os “rondões” urbanos e, evidentemente as prisões ilegais” para averiguação (BENEVIDES, 1983:50)

Para Mendes (2005), os casos de violência em que são relatadas as populações desfavorecidas economicamente são considerados os mais sensacionalistas e emocionantes, e por isso geralmente viram manchetes nos meios de comunicação e, desta forma, são ocultadas as violências consideradas de caráter estrutural ou outras capazes de explicar as reais causas das desordens sociais, como os abusos policiais, o alto índice de desemprego para os jovens e as más condições de vida existentes nos subúrbios.

É possível pensar o Jornal enquanto um meio para a construção de uma espécie de *sistema simbólico*²¹, que nas palavras de Bourdieu (2004) cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, contribuindo assim para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, pois ao “expor” as reportagens policiais, geralmente, além de narrar o fato, o jornal ainda realiza uma suposta investigação, indicando “culpados e vítimas”, julga e ainda oferece a penalidade para os culpados - ou seja, constrói uma situação capaz de gerar nos leitores sentimentos como repulsa, raiva e insegurança. Assim, pode-se dizer que, através de toda uma simbologia, o jornal é capaz de influenciar fortemente comportamentos agressivos e até gerar possíveis conflitos, atuando de acordo com interesses próprios. Uma vez reconhecido, pode influenciar não só as formas de percepção do social, mas também as próprias ações dos atores sociais que quase sempre se manifestassem através de preconceitos e estigmas sobre os locais relatados nas reportagens policiais.

²¹ Considerando sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação que podem construir determinada realidade, estabelecendo uma ordem e sentido imediato de mundo. Nesse sentido, destacamos a arte, religião e língua caracterizando formas simbólicas constitutivas dos sistemas simbólicos.

Imprensa, Mercado e Estigma: Por que a ausência de História?

Embora as reportagens jornalísticas selecionadas tentem mostrar uma realidade numa perspectiva imediatista, querendo enfatizar cenas de violência e sangue (na intencionalidade do “furo jornalístico” e da concorrência entre empresas de comunicação local), é interessante perceber a relação espaço-violência enquanto fruto de um processo histórico movido por diversos interesses em torno da área urbana. Numa pequena demonstração, pode-se pensar os bairros como São Francisco e Coroadinho (citados constantemente nas reportagens) em seus processos de formação e, ao fazer esse exercício, é inevitável falar sobre a questão da violência institucional empregada nas famílias que lá viviam e também da pressão das mesmas, tanto por supostos “donos” como pelo aparato policial e jurídico.²²

O fato é que a situação de medo coletivo que circunda as ruas, transmitida e alimentada até certo ponto pelas reportagens policiais, não é fruto da atualidade. Suas origens podem e devem ser analisadas em tempos passados, tempos que não são discutidos ou retomados pela mesma imprensa, empenhada quase sempre em mostrar sangue e medo, ou seja, o espetáculo da violência urbana. Nesse sentido, vale considerar a reflexão de Debord (1997) a respeito do desinteresse pela reconstituição histórica. Esse autor percebe que:

Um aspecto do desaparecimento de todo conhecimento histórico objetivo se manifesta a propósito das reputações pessoais, que se tornaram maleáveis e corrigíveis à vontade por aqueles que controlam a informação, a que se colhe e também aquela que é bastante diferente, que se divulga; eles têm autorização para falsificar. Pois uma evidência histórica que não interessa ao espetáculo não é uma evidência. (DEBORD 1997, p.180)

Ao pensar a imprensa escrita por meio da categoria *espetáculo*, ela pode ser pensada enquanto um meio de reprodução e resignificação do capital (econômico)²³ e, nesse sentido, a reconstituição histórica (importante para buscar razões do desequilíbrio social) é negada em virtude do interesse em vender a imagem da violência, mesmo que sem nenhum conteúdo crítico sobre os fatos ocorridos.

Em última instância, tal controle da informação possui repercussões diretas na percepção do social e na construção de *identidades deterioradas*. Em outras palavras, pode-se

²² Cf, Liminar de juiz garante a derrubada de 84 casas no bairro do São Francisco. Fonte: O Estado do Maranhão (26/12/1977)

²³ Nessa discussão, Mendes (2003) percebe que as notícias podem ser consideradas informações transformadas em mercadoria, com todos os seus aspectos estéticos e emocionais capazes por isso de proporcionar sensações em quem as consome. Assim, seriam utilizadas técnicas para torná-las mais atrativas para os leitores consumidores.

arriscar a dizer que esses aspectos do comportamento das edições jornalísticas podem ser pensados em relação à construção de *identidades sociais virtuais* (GOFFMAN, 2004), ou seja, tais populações são pensadas por meio de um conjunto de características atribuídas (signos do medo) que geram determinada expectativa de comportamento. Contudo, tal identidade pode ser discrepante das características que efetivamente os indivíduos possuem - *identidades sociais reais* (idem, 2004).

Conclusão

Tomando como base o fato de que o medo e o sensacionalismo gerados pela imprensa não demonstram as verdadeiras origens históricas e sociais que constituem os indivíduos envolvidos, pensou-se na ideia de sujeitos historicamente vitimizados, ou seja, estigmatizados dentro de uma linha temporal cujos condicionantes para o estigma transitavam entre as situações de disputa por terras e violência urbana.

Sobre as pessoas desses bairros, tanto a composição social da década de 1980 quanto algumas reportagens policiais apontaram indicativos (tais como origem social, profissão, local de residência, origens das vítimas e dos agressores, bairros com maior incidência de homicídio) que reforçam uma simbologia pejorativa em determinadas situações, em especial para os que defendem a associação direta violência- pobreza. Dessa forma, notou-se que, ao longo das quase três décadas, tem-se um processo contínuo de produção e alimentação de um estigma que corrobora com a ideia do senso comum de associar pobreza a violência.

Tal questão, entre outras coisas, sinalizou uma necessidade de problematização de um problema presente (violência urbana) através de condicionantes históricos que, no mínimo, apontam um maior cuidado com *reificações* do senso comum (associação pobreza-violência) e reforça a necessidade de uma análise conjunta que pense as *interações violentas* em uma perspectiva diacrônica.

A partir disso, problematizou-se a produção de informações produzidas sobre os bairros (através das interações entre moradores e ocupantes e entre vítimas e agressores, nos dois períodos) e constatou-se que os símbolos produzidos nessas interações representavam interesses específicos inseridos numa disputa de percepções diretamente ligada à questão do espaço e das pessoas que lá viviam. Nesse sentido, elencamos os interesses das empresas jornalísticas, dos “moradores”, dos “proprietários dos terrenos” e a forma como se valiam de

determinados símbolos a fim de mobilizar a opinião dos leitores de jornal e obter legitimidade social para as próprias ações.

Nesse sentido, um elemento constante, durante todo o período estudado, é a presença de disputas simbólicas que visavam dar sentido e legitimidades às ações de violência durante os conflitos por terra; que construir percepções a respeito dos bairros que são violentos ou não e ,consequentemente, podem influenciar determinados comportamentos. E uma última que permeia os espaços acadêmicos e do senso comum, que é a associação entre crime e violência. Mais que tomar partido, buscamos fazer um mapeamento dessas posições mais básicas e gerais, resgatando a necessidade de não fossilização de estigmas e de uma percepção histórica do mesmo e da distinção entre identidades sociais virtuais e reais.

Referencias

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência Povo e Polícia: Violência Urbana no Noticiário de Imprensa**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais**. São. Luís: UDFMA. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURNETT, Frederico Lago. Estado, interesses privados e a permanência da crise do “centro histórico”: políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão. In: **Revista de Políticas Públicas**. V. 12, p. 93-102, 2008

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIOGENES, Gloria. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimentos hip hop**, São Paulo: secretaria da cultura e do Desporto, 1998.

DURKHEIM, Émile. Da divisão Social do Trabalho, In: **Os Pensadores**. São Paulo, Editora Cultural, 1978.

IBGE, **Síntese dos Indicadores Sociais** 2003. Rio de Janeiro: 2004.

GISTERLINCK, Francis. **Carajás Usinas e Favelas**. São Luís, Gráfica Minerva, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper and Row, 1974.

MENDES, Sheylla Maria. **Produção das Notícias de Violência nos Jornais Impressos do Estado da Paraíba** IN: Edisio,m Ferreira Júnior, Iara Martins, Kátia Medeiros (orgs). **Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2005

MOTA, Antonia da Silva. **Coroadinho**. São Luis. 1990 (monografia de conclusão da graduação em historia – UFMA)

MARMANILLO, Jesus Pereira. **Representações da violência: Medo na Imprensa Escrita Ludovicense** 2007. (monografia de conclusão da graduação em historia – UFMA)

MARMANILLO, Jesus Pereira. **“Engajamento militante e a "luta pela moradia em São Luís" entre as décadas de 1970 e 1980”**. Dissertação em Ciência Sociais, Universidade Federal Maranhão, 2011.

RIBEIRO JR, José Reinaldo Barros. **Formação do Espaço Urbano de São Luís**. São Luís: Editora FUNC, 2001.

WIEVIORKA, Michel. **O Novo Paradigma da Violência**. Tempo Social, São Paulo: v 9 n°1 p. 5-41, maio de 1997.